

# Segregação Residencial e Políticas Públicas<sup>1</sup>

*Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território*

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro \**

**R**esumo: O objetivo do artigo é apresentar aos atores envolvidos nos processos de elaboração, gestão e avaliação de políticas sociais as virtudes da análise social do espaço urbano como ferramenta capaz de identificar o possível papel dos efeitos da segmentação e da segregação residencial no processo de reprodução das desigualdades e da pobreza. O artigo analisa as questões conceituais, metodológicas e técnicas relacionadas com o uso desta ferramenta, além de descrever a história da sua constituição e de apresentar de maneira sintética a metodologia aplicada no interior da rede de pesquisa “Metrópoles: desigualdades socioespaciais e governança urbana”.

*Palavras-Chaves: segregação residencial; planejamento urbano; política urbana; desigualdades socioespaciais.*

## Introdução

A literatura internacional acerca dos impactos da globalização sobre as grandes cidades tem insistentemente destacado o aumento da segregação residencial. Três têm sido os mecanismos apontados como causas deste fenômeno. Em primeiro lugar, a globalização ao difundir ideais liberais pelo mundo gerou mudanças dos modelos e paradigmas regulatórios que até então fundamentavam as políticas urbanas. Ocorreram em vários países, como consequência, reformas institucionais na direção da liberalização do mercado de terras e da moradia. Os preços imobiliários tornaram-se o mecanismo central de distribuição da população no território da cidade, o que tem significado o reforço das desigualdades de rendas sociais na organização do espaço urbano. A privatização dos serviços urbanos, ao mesmo tempo, tem aumentado a desigualdade de acesso aos serviços e equipamentos que distribuem o bem-estar urbano, especialmente no que concerne à qualidade. As áreas mais ricas, onde estão concentradas as camadas com maior poder aquisitivo, passam a dispor de uma oferta abundante – muitas vezes redundante (por exemplo, a oferta de novos terminais de telefonia fixa) – enquanto onde moram as camadas pobres a universalização dos serviços

se realiza através da oferta de qualidade inferior. A globalização tem ainda ocasionado mudanças estruturais originadas nas transformações da base produtiva das cidades, surgindo tendências à dualização social. A estrutura social das grandes metrópoles deixa de ser representada pela figura da pirâmide e passa a se expressar na imagem da ampulheta, na qual as posições médias encurtam, enquanto aumentam as duas pontas opostas. Simultaneamente vem ocorrendo o aumento da distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores.

Estes fenômenos provocam conjuntamente o aumento da segregação residencial na medida em que surgem bairros exclusivos das camadas superiores, ao mesmo tempo em que as camadas médias e, eventualmente, as inferiores, em processo de mobilidade social descendente, são deslocadas para outros bairros, diminuindo, assim, o grau de mistura social das cidades. Esta tendência estaria sendo reforçada pelo surgimento de novos grupos sociais, com alta renda e portadores de novos modelos culturais, o que se traduz na busca de localização exclusivista na cidade como forma de construção do seu reconhecimento social. Reforça ainda mais a tendência à segregação residencial o crescimento da percepção de insegurança nas

<sup>1</sup> Nota da direção da Revista: o Centro de Estudos Territoriais tem, em suporte CD-rom, a caracterização dos estudos de caso (no momento actual) a que se reporta o presente artigo de Luiz Cesar Queiroz Ribeiro e que decorre do Projecto de Investigação “Metrópoles: desigualdades socioespaciais e governança urbana”. Nessa medida, os interessados poderão solicitar, directamente ao CET uma cópia desse CD-rom (maria.lopes@iscte.pt).

\* Professor-Titular do IPPUR/UFRJ. Coordenador do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Contacto: cesar@ippur.ufrj.br

cidades, levando a que os grupos sociais busquem a proteção no isolamento territorial, especialmente aqueles que possuem maiores recursos. Por último, a descentralização para o plano local da função de investimentos em equipamentos urbanos e de prestação dos correspondentes serviços urbanos, fazendo com que os municípios onde a renda *per capita* é maior passem a desfrutar de condições melhores de vida, enquanto, ao contrário, nos mais pobres se perpetuem as piores condições de vida, ou, em outros termos, a segregação tende a aumentar em razão dos efeitos regressivos gerados pela maior correlação nível socioeconômico e capacidade de investimento dos municípios.

Todos estes processos de transformação têm provocado impactos nas representações coletivas das sociedades desenvolvidas, na medida em que o aumento da segregação residencial é contraditório com o ideário igualitário e democrático presente na ideologia republicana que fundamenta a dinâmica política destas sociedades desde a Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. Por outro lado, o tema da segregação residencial assume importância também em razão de outros estudos sobre a pobreza urbana destacarem os seus mecanismos de reprodução no contexto urbano. Tais estudos têm indicado a crescente correlação entre os fenômenos da destituição social e a concentração dos grupos em situação de vulnerabilidade em territórios crescentemente homogêneos, na medida em que nele cria-se uma dinâmica de causação circular da pobreza. O “efeito vizinhança”<sup>2</sup> reproduz o “desempoderamento” dos segmentos sociais submetidos a relações de precarização no mercado de trabalho e a trajetórias de mobilidade social descendente (Wilson, 1987; Wacquant, 2000; Katzman, 2001).

Outros trabalhos têm indicado a transformação dos padrões de segregação residencial, que passa da grande escala para a micro-escala (Ribeiro, 2000; Sabatini, 1999). Deixamos o momento em que as segmentações sociais das cidades poderiam ser representadas inteiramente no modelo centro/periferia para outro em que o espaço da cidade deve ser representado como fractal.

Estas constatações têm colocado na pauta da pesquisa urbana o tema da segregação, por duas razões. De um lado, pela percepção amplamente compartilhada no mundo acadêmico de que a globalização tem gerado importantes mudanças na dinâmica socioterritorial que historicamente organizava o espaço das cidades. Nos países da América Latina encontramos, com frequência, análises e reflexões que apontam que a organização social das cidades da fase desenvolvimentista traduzia, em sua forma e conteúdo, os mecanismos de integração marginal à sociedade em vias de modernização dos amplos segmentos transferidos do campo. Tal dinâmica estaria sendo substituída pela exclusão socioterritorial das camadas populares que se tornaram excedente em relação às necessidades econômicas, com a transformação ocasionada pela globalização. Entretanto, a evidência empírica da hipótese de que a globalização esteja realizando a ruptura do modelo de cidade que tínhamos até então tem esbarrado na utilização de métodos e técnicas de análise que permitem apenas análises parciais e fragmentadas das mudanças em curso. Grande parte dos trabalhos de pesquisa peca por utilizar o recurso de estudos de casos aprofundados, geralmente focalizados nos segmentos extremos da estrutura socioespacial – por exemplo, em favelas ou bairros periféricos e em “condomínios-fechados” – de cujos resultados são extraídas generalizações sobre as tendências do conjunto da cidade.

No campo das políticas públicas, por outro lado, vem formando-se o consenso de que a política social dirigida àqueles que mais sofrem os impactos das transformações econômicas devem buscar focalizar os territórios aonde vem ocorrendo a concentração das desvantagens sociais, onde, portanto, os “efeitos de vizinhança” impedem o acesso da população aos recursos necessários à integração social e ao bem-estar social. Constatamos uma certa difusão da noção de “mapas sociais da cidade” como instrumentos de orientação das políticas públicas e de racionalização e otimização dos gastos sociais. Tais representações cartográficas são construídas com bases em informações obtidas dos censos e pretendem

<sup>1</sup> É bem verdade, que o tema da segregação residencial aparece nas sociedades europeias como questão e problema a ser enfrentado através das políticas urbanas já nos 60 e 70, momento em que o crescimento industrial parecia não realizar todos os ideais igualitários e integrativos destas sociedades. No Estados Unidos, por sua vez, o tema da segregação sempre esteve presente na agenda intelectual e política em razão da importância da problemática da assimilação e da discriminação racial como questão da construção da sociedade americana.

<sup>2</sup> O “efeito de vizinhança” reproduz ou não “modelos, activos y estructuras de oportunidades disponibles para cada segmento sócio-econômico (Katzman, 1999), isto é, promove de maneira simultânea a reprodução intergeracional da riqueza e da pobreza.” (Segregación residencial socioeconômica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa? Jorge Rodríguez Vignoli, PNUD).



Rio de Janeiro. Foto de Vítor Matias Ferreira.

estimar e localizar da forma a mais desagregada possível as carências sociais dos domicílios e a sua relação com certas características socio-demográficas da população moradora em cada unidade geográfica.

Vários autores, como por exemplo Katzman (1996), têm assinalado a importância dos mapas sociais como instrumentos de política social em razão da sua capacidade em:

- (i) quantificar e focalizar os beneficiários das políticas sociais;
- (ii) analisar de maneira sistemática e diferenciada a importância de variáveis socio-demográficas na compreensão das diversas causalidades dos problemas sociais;

(iii) permitir comparações no tempo e no espaço dos problemas sociais e dos resultados nas políticas públicas;

(iv) organizar uma base de informações georeferenciadas;

A avaliação dos resultados do uso destes mapas pelos organismos públicos em vários países da América Latina tem evidenciado o seu potencial como instrumento de orientação das políticas sociais. Assim, Katzman (1996) destaca que onde eles têm sido utilizados, pôde-se observar os seguintes resultados positivos:

- (i) elevou a sensibilidade pública sobre o tema da pobreza e estimulou o debate nacional sobre a adequação dos indicadores de pobreza;

(ii) estimulou a uniformização das definições e usos de indicadores entre os organismos responsáveis pela ação social;

(iii) reduziu a duplicidade de esforços e criou condições para integrar a informação e coordenar melhor ação dirigida aos pobres.

Segundo ainda Katzman (1996), o uso de mapas sociais tem gerado a aproximação dos vários especialistas envolvidos nas tarefas de quantificação, análise da pobreza e na conceituação, desenho e gestão das políticas sociais. A sua elaboração e utilização, com efeito, tem incentivado a cooperação entre as atividades de diagnóstico e de ação. Os mapas sociais, ao criarem uma forma simples, atrativas e de fácil de compreensão e representação dos problemas sociais, favorecem a colaboração entre estatísticos, acadêmicos, especialistas em informática, gestores públicos, além de facilitarem o entendimento entre os responsáveis pelas políticas sociais e os representantes da sociedade envolvidos nas tarefas de monitoramento da ação pública. O resultado tende a ser a racionalização e a otimização dos gastos sociais, em razão de maior eficácia na focalização e desenho das políticas sociais, além das grandes possibilidades delas poderem ser submetidas a um eficiente processo de *accountability*.

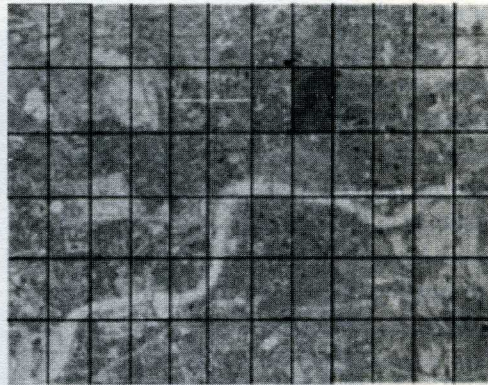
Encontramos em muitas cidades brasileiras experiências de territorialização de políticas públicas, caracterizadas, porém, pela ausência de uma análise social sistemática e adequada do conjunto da cidade. Inexistem em nossos organismos de planejamento informações sociais especializadas e organizadas de maneira a oferecer aos formuladores e gestores adequados instrumentos de elaboração e de monitoramento dos objetivos e efeitos territoriais das intervenções públicas.

### Referências Históricas da Análise Social do Espaço Urbano








A primeira experiência de análise social do espaço urbano para fins de política pública pode ser atribuída ao estudo sobre a condição social e as ocupações em Londres, realizado por Charles Booth no final do século XIX. Rico negociante e

armador, Booth inventa o conceito de “linha de pobreza” e torna-se importante personagem da política social durante o período de 1892 a 1905. Sob sua iniciativa e financiamento realizou durante cerca de 17 anos a coleta sistemática de informações às famílias moradoras dos bairros pobres de Londres. Os seus 900 mil habitantes são classificados e hierarquizados em categorias e cada rua é identificada e nomeada socialmente segundo este esquema classificatório. Segundo Topalov (1994: 217), um dos mais importantes historiadores da política social, “Booth realizou uma revolução nas representações eruditas da sociedade: pela primeira vez, as classes sociais do senso comum ou da economia política tornam-se classes estatísticas.” Até então, a pobreza era estudada pelos organismos públicos de política social através da utilização do método da “histórias de casos”. As informações eram levantadas por intermédio de entrevistas realizadas pelos agentes públicos encarregados de supervisionar as famílias pobres. Tais levantamentos são considerados por Booth e seus ajudantes como “pitorescos” e subjetivos, além de não propiciarem a construção de um quadro amplo e exaustivo da situação social a partir do qual a pobreza deveria ser compreendida em suas causas e particularidades. Menos ainda, os estudos de caso não permitiam gerar instrumentos eficazes de monitoramento da evolução da pobreza e dos efeitos das intervenções públicas dirigidas ao seu combate. Charles Booth busca, então, apoio nos métodos das ciências naturais para conceber o seu sistema de análise e monitoramento baseado na classificação dos territórios onde residia a população considerada em estado de pobreza: cada indivíduo é identificado em uma categoria socioespacial, todos os indivíduos são classificados e os critérios de classificação utilizados pretendem ser objetivos.

O conjunto de bairros do Leste de Londres é desagregado e hierarquizado em 8 categorias, segundo o seu grau relativo de pobreza. Os critérios utilizados foram a renda semanal da família, combinada com o status social da moradia (natureza e localização do habitat) e a forma de emprego (casual, irregular, regular, assalariado, independente). O objetivo de Booth era distinguir a população e os territórios segundo suas diferenças em termos e condições e causas da pobreza e, com base nestes resultados, desenhar ações sociais diferenciadas. A seguir reproduzimos a cópia do mapa original elaborado por Charles Booth e seus assistentes.



The Streets are coloured according to the general condition of the habitants, as under

- |  |   |
|--|---|
|  Lowest class, vicious, semi-criminal.            |  Fairly comfortable. Good ordinary earnings. |
|  Very poor, casual. Chronic want.                 |  Middle-class. Well-to-do.                   |
|  Poor. 18s. To 21s. A week for a moderate family. |  Upper-middle and Upper classes, Wealthy.    |
|  Mixed. Some comfortable, others poor.            |   |

A análise social do espaço foi também desenvolvida pelos integrantes da chamada “Escola de Chicago”. Sob a liderança intelectual de Robert Park, Ernest Burgess e outros, e utilizando as hipóteses ecológicas na explicação da distribuição da população no território, vários pesquisadores buscaram desenvolver e aplicar técnicas que evidenciassem a influência do território – entendido como meio social – na compreensão de um vasto rol de “problemas sociais”, tais como a

delinquência juvenil, doenças mentais, etc. Todas as técnicas utilizavam o conceito de “áreas naturais”, nucleares da concepção ecológica da sociedade, a partir do qual eram identificadas as comunidades que constituíam a organização social da cidade. As “áreas naturais”<sup>3</sup> eram definidas por dois elementos: de um lado, uma unidade espacial delimitada por fronteiras naturais no interior das quais vive uma população socialmente homogênea, provida de um sistema de valores específicos e, de

<sup>3</sup> Segundo Robert Park, (1948) as cidades de certo porte tendem a reproduzir em seu interior as áreas naturais encontradas em todas as cidades. “...toda cidade americana de certo tamanho tende a reproduzir todas as áreas típicas de todas as cidades, e os moradores dessas áreas demonstram, de cidade em cidade, os mesmos característicos culturais, os mesmos tipos de instituições, os mesmos tipos sociais, com as mesmas opiniões, interesses e modos de encarar a vida”. (PARK apud ZORBAUGH in PIERSON: 343-344).

outro lado, uma unidade espacial habitada por uma população organizada por relações simbólicas internas.

A categoria de “áreas naturais” teve, posteriormente, enorme importância nos estudos urbanos realizados para subsidiar a intervenção pública sobre a cidade. No urbanismo, por exemplo, ela veio a ser traduzido na noção prática de “unidade de vizinhança”, utilizada nas ações de zoneamento da cidade. Também os conjuntos habitacionais foram idealizados a partir desta mesma noção, na medida em que pressupunha a restauração do sentido de vida comunitária, pela reconstrução do habitat. Ainda hoje, a presença na linguagem técnica utilizada no planejamento urbano do vocábulo *habitat* denota a influência contemporânea da concepção da cidade constituída como uma reunião de “áreas naturais”. Na sociologia, esta categoria influenciou a busca da construção de tipologias de comunidades territoriais, diferenciadas pela relação que cada tipo estabelece entre quadro espacial e práticas sociais. Na obra de R. Ledrut (1968), por exemplo, a organização social é representada por um *continuum* hierárquico de unidades socioespaciais em função da composição, relações e práticas sociais. A *aldeia* seria a unidade mais homogênea, apresentando fraca diferenciação interna e onde as relações espaciais essenciais são de circulação em torno dos centros de atividades. A *unidade de vizinhança* é constituída por conjunto de moradias onde prevalecem redes de ajuda mútua e contatos pessoais. A *vila* corresponde à escala da comunidade, onde encontramos, por exemplo, equipamentos coletivos comuns e onde o espaço está na escala do pedestre. O *bairro* definido por uma dupla delimitação: também está provido de equipamentos coletivos e acessíveis ao pedestre, mas além disso, ele se constitui em torno de uma subcultura e representa um corte significativo na estrutura social, podendo chegar até mesmo a uma certa institucionalização em termos de autonomia local. A *cidade*, entendida pela reunião, num nível superior dos indivíduos ou dos grupos, enquanto que a megalópole supõe uma exposição de unidades primárias, anunciando talvez, uma reestruturação da vida local em outras bases.

No Brasil, podemos identificar pioneiro da análise social do território para fins de planejamento urbano os estudos da SGMACS<sup>4</sup> sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, realizados sob orientação das idéias do Padre Le Bret e seus seguidores. A cidade era analisada segundo dois planos, um regional, no qual as necessidades e potencialidades de desenvolvimento eram levantadas, e outro intra-urbano, dedicado aos estudos dos bairros populares. Para tanto, o espaço da cidade era desagregado em unidades territoriais sobre as quais buscava-se acumular um vasto conjunto de informações obtidas pela aplicação de diversas técnicas: observação e contagens diretas realizadas diretamente no campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Segundo Lamparelli (1981:95), integrante da equipe da SGMACS, para cada unidade era constituído o que modernamente podemos identificar como um banco de dados que identifica e quantificava “as condições locais dos equipamentos e serviços e seus âmbitos de atendimento; os níveis de vida pelo grau de satisfação de suas necessidades; a opinião das suas autoridades e lideranças sobre as principais carências; a posição relativa de cada unidade dentro da aglomeração e quanto aos escalões de equipamentos e serviços; e outros dados particulares”. Estas informações eram posteriormente utilizadas para classificar hierarquicamente os bairros em áreas típicas que retratassem a diferenciação da estrutura e das dinâmicas urbanas, das quais se extraía uma amostra para a realização de uma pesquisa urbanística de campo. O objetivo da técnica desenvolvida pelo Padre Le Bret era o de identificar as “anomalias” do processo de urbanização, a partir das quais deveriam ser elaboradas as leis de uso e ocupação do solo urbano.

A importância do conceito de “áreas naturais” nos estudos urbanos pode ser atribuída ao fato dele dar sentido empírico à dualidade teórica fundadora entre comunidade e sociedade e o seu desdobramento no plano analítico que ensejou a difusão da concepção da organização da sociedade em escalas espaciais em um contínuo partindo de relações primárias e suas instituições até as relações secundárias. É certo que muitos estudos

<sup>4</sup> Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Sobre a concepção teórica da SGMACS e a sua importância na formação intelectual dos modernos planejadores urbanos o leitor interessado poderá encontrar na rica crônica de experiência escrita por Lamparelli (1981).



Rio de Janeiro. Foto de Vítor Matias Ferreira.

empíricos e outras vertentes teóricas colocaram em dúvida esta concepção da sociedade. O próprio Ledrut, em seus estudos empíricos sobre Toulouse, concluiu no sentido da negação desta hierarquia, ao constatar que na sociedade existe uma “polarização da vida social em torno de dois extremos, a cidade e a moradia, sem que haja mais possibilidades de sobrevivência para os grupos intermediários na sociedade moderna.” (Castells:162) A influência desta concepção permanece, porém, presente nos estudos contemporâneos sobre a divisão social da cidade e a segregação residencial, assim como, de maneira implícita, não teorizada, nos atuais modelos de políticas urbanas.

### **Diferenciação, Segmentação e Segregação: precisões conceituais**

Este breve retrospecto histórico nos indica que a análise social do espaço constitui-se na classificação do território da cidade e de sua população, de maneira a encontrar unidades de análise que permitam construir uma representação sintética das suas diferenças. De maneira mais específica, levando em consideração o exposto na introdução deste texto, trata-se de aplicar procedimentos metodológicos e técnicos para avaliar a existência de processos segregativos e seus efeitos sobre a despossessão de determinados grupos dos recursos e capacidades que lhes

permitam aumentar o seu nível de bem-estar social.

O termo segregação residencial denota a idéia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade, situações nas quais ocorre a ausência de relações que vinculem estes grupos com o conjunto social. Trata-se de noção que parece auto-evidente, não necessitando de qualquer esforço de definição, na medida em que todas as cidades manifestam claros sinais de divisão social do seu território. Entretanto, nem toda divisão social do espaço caracteriza uma situação de segregação. Quando podemos falar em segregação de uma maneira teoricamente controlada, para além das supostas auto-evidências? A utilização do termo segregação como conceito depende da visão teórica que adotamos para explicar as relações sociais e a compreensão da distinção entre diferenciação, segmentação e segregação.

A diferenciação social tem a ver com a crescente especialização de tarefas decorrente do aumento da divisão social do trabalho. Ela gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais. Observamos tendências a que estas categorias sociais busquem localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território. Se utilizarmos a visão clássica de Durkheim sobre a solidariedade, a espacialização da diferenciação social não significa necessariamente segregação, podendo mesmo ser uma forma de integração societária, na medida em que a separação espacial dos grupos sociais esteja associada a existência de vínculos que insiram os indivíduos na sociedade. Na concepção da ecologia humana, a segregação é a condição do processo de assimilação e integração dos grupos sociais à sociedade. Pelos processos de competição, a população é segregada segundo as “áreas naturais”, formando agrupamentos naturais, entendida como uma unidade da estrutura física da cidade, tipificada não só por sua individualidade física, como também pelas atitudes e sentimentos característicos de seus habitantes, de uma área administrativa arbitrariamente modelada para fins de conveniência administrativa. Mesmo na perspectiva marxista a diferenciação social e a sua espacialização não implicam necessariamente na situação de segregação, em razão dela estar

fundada em relações conflituosas que realizam a integração societária dos grupos antagônicos.

A divisão social da cidade pode, contudo, expressar não apenas a espacialização da diferenciação social, mas também a segmentação da sociedade. Esta ocorre quando existem barreiras que impedem a mobilidade social dos indivíduos entre as categorias. Neste caso, a segmentação social implicará na existência da segmentação espacial, na medida em que estas barreiras bloqueiem a mobilidade territorial. Estamos próximos da divisão social da cidade transformada em segregação residencial. Devemos, porém, reservar a utilização deste termo para designar a situação na qual a segmentação da sociedade estiver fundada na crença compartilhada coletivamente sobre a necessidade da manutenção – ou mesmo aumento – das barreiras que bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais.

Em sociedades em que a separação social e física entre as categorias que a compõem constitui-se no próprio fundamento da ordem social – por exemplo, sociedades de castas – o termo segregação deixa de ter pertinência teórico-conceitual. Já nas sociedades capitalistas, onde o mercado é o mecanismo central da ordem social e os valores igualitários são a base da cultura compartilhada pelos seus integrantes o termo segregação é pertinente como instrumento capaz de enunciar problemas da ordem social. Neste caso, a segregação residencial tem sentido para designar certas formas de segmentação socioespacial fundadas no controle institucional de recursos que desfrutam certas categorias para a manutenção ou ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, na imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada que as pessoas são naturalmente iguais.

O termo segregação residencial é, portanto, uma categoria de análise que contém sempre duas dimensões: (i) conceitual, relacionada com os princípios teóricos adotados para explicar a organização socioterritorial; (ii) prática, relacionada com as concepções normativas da sociedade fundadas em princípios de igualdade.

Podemos identificar duas concepções do conceito de segregação residencial. A primeira concebe a segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos outros grupos. Esta é a



concepção clássica, cujo fundamento é a explicação ecológica da sociedade. O conceito-chave é o de distância social, que se contrapõe à idéia de mistura, considerada como a forma de organização ideal. Nesta concepção, a distância espacial expressa a existência de distâncias sociais entre os grupos existentes na sociedade<sup>5</sup>. Tal fato resultaria da busca dos indivíduos em se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de se resguardarem dos efeitos fragmentadores da personalidade gerados pela aglomeração e da vida na cidade. Neste sentido, a segregação residencial é produto de lógicas individuais, isto é, efeito de suas escolhas.

Na segunda concepção, a segregação designa as desigualdades sociais expressas como organização do território da cidade. O espaço urbano contém um conjunto de recursos importantes à reprodução das categorias sociais, na forma de bens materiais e simbólicos, mas a sua distribuição reflete as chances desiguais de acesso. Encontramos, aqui, duas abordagens teóricas que fundamentam esta concepção: (i) a primeira, de inspiração marxista, explica a segregação como decorrência das desigualdades de classes da sociedade; (ii) já a segunda, de inspiração weberiana, explica a segregação como resultado das desigualdades da distribuição desigual do prestígio, da honra social e do poder. Nas duas vertentes, a segregação é a espacialização da estratificação da sociedade e, como consequência, ela é compreendida como decorrência de lógicas coletivas cujo fundamento são as relações sociais.

O princípio normativo que organiza esta concepção é o da justiça distributiva, já que a disposição dos grupos sociais no território e a distribuição dos equipamentos e serviços na cidade geram uma desigualdade de bem-estar social, em razão das lutas entre as categorias pela apropriação dos recursos materializados na cidade.

A aplicação da concepção de espaço social de P. Bourdieu (2001) à análise da estrutura urbana

permite unificar estas duas concepções da segregação. Com efeito, a ocupação do espaço da cidade resulta dos princípios de estruturação do espaço social. Cada princípio representa uma forma de hierarquia do poder: económico, social e simbólico. A noção de distância social coagulada das distâncias físicas é entendida como manifestação dos poderes das classes sociais em se apropriarem da cidade como recurso.

### Tipologias Socioespaciais: instrumentos de análise

É possível quantificar a segregação? Podemos dizer que existe uma tradição na sociologia e na geografia de trabalhos empíricos que procuram objetivar e quantificar a segregação residencial. Identificamos duas famílias de metodologia de quantificação: (i) as que traduzem em índices sintéticos (dissimilaridade, segregação, etc.); e (ii) as que procuram construir tipologias. As medidas sintéticas procuram traduzir a segregação em índices construídos com a utilização de duas variáveis, úteis na avaliação comparativa, entre cidades e em momentos históricos diferentes de uma mesma cidade. Tal metodologia, porém, não nos permite conhecer de maneira aprofundada e tecnicamente controlada as dinâmicas geradoras da segregação. Já a utilização da técnica da tipologia nos permite, ao mesmo tempo, construir uma descrição global e compreensiva da segregação e formular hipóteses explicativas sobre suas dinâmicas geradoras. Trataremos neste trabalho desta segunda família de metodologia<sup>6</sup>.

O que é uma tipologia? A tipologia é um instrumento de classificação e descrição. Ela atende aos objetivos de ordenamento e de categorização dos fenômenos sociológicos, permitindo a realização de comparações. Podemos identificar dois procedimentos teórico-metodológicos envolvendo o uso de tipologias.

<sup>5</sup> “É porque as relações sociais são frequentemente ligadas a relações espaciais, na medida em que as distâncias físicas são ou parecem ser indicadores de distâncias sociais, que estatísticas têm alguma importância para a sociologia. E isto é verdadeiro, definitivamente, porque é somente na medida em que podemos reduzir ou relacionar fenômenos sociais ou físicos aos fenômenos espaciais que podemos medir de uma maneira ou de outra.” (Robert Park, *A Comunidade urbana: um modelo espacial de ordem moral*).

<sup>6</sup> Para o conhecimento extenso dos índices sintéticos de segregação utilizados tradicionalmente nos estudos de sociologia e geografia o leitor poderá consultar o documento elaborado pelo bureau do censo americano através do endereço <http://mumford1.dyndns.org/cen2000/report.html>.

O primeiro concerne à utilização do método tipo-ideal<sup>7</sup> desenvolvido por Max Weber, que aplicado ao nosso objeto permite construir tipologias qualitativas da divisão social do espaço. Os tipos socioespaciais, neste caso, resultam de uma construção intelectual, fundada na escolha de alguns poucos atributos ou variáveis observáveis na realidade, justificada teoricamente em razão de algumas hipóteses assumidas pelo pesquisador<sup>8</sup>. Com eles, podemos realizar estudos de caso, por exemplo, de “bairros populares” ou “bairros nobres”. O método da tipologia qualitativa tem grande utilidade na compreensão detalhada dos processos de segregação residencial e dos seus efeitos, mas não nos permite obter a compreensão sintética da segregação residencial. A tipologia quantitativa, por sua vez, é uma construção empírica sobre o conjunto da cidade, na qual podemos utilizar um grande número de variáveis supostamente correlacionadas com a distribuição espacial da população. Ela propicia, simultaneamente, a construção de uma representação sintética da divisão social da população e de espaços residenciais e indícios empíricos sobre a sua relação com alguns processos de diferenciação social, segmentação e de segregação existentes da sociedade. Esta representação sintética é expressa na identificação de áreas-tipos, que podemos considerar como aquelas socialmente homogêneas segundo as variáveis escolhidas. Trata-se do *emprego de procedimentos metodológicos e técnicos para classificar de maneira hierárquica os territórios e a população de uma cidade de acordo com as variáveis consideradas como centrais na descrição e interpretação dos princípios de divisão do espaço. Cada tipo reúne as unidades geográficas nas quais as variáveis escolhidas apresentam valores idênticos ou vizinhos. Por esta razão, a tipologia quantitativa pode se constituir em poderosa ferramenta de avaliação das desigualdades socioespaciais e da incidência dos “efeitos de vizinhança” na explicação dos processos de*

reprodução da pobreza. Também nos permite construir um sistema de indicadores socioespaciais para a orientação das políticas públicas na cidade, em suas fases de elaboração e implementação.

### **Tipologias Socioespaciais: procedimentos metodológicos**

Há três aspectos fundamentais a serem observados: a) escolha da unidade social de análise; b) escolha das variáveis pelas quais a distribuição das pessoas no espaço será descrita; e, c) escolha da unidade espacial de análise a partir da qual esta descrição será efetuada. A definição destes três aspectos é fundamental para a validação das hipóteses.

Há duas possibilidades de escolha da unidade de análise: família ou pessoas. Cada uma delas apresenta conveniências e inconveniências. As pessoas, na grande maioria, vivem em famílias e as escolhas de localização residencial expressam os recursos mobilizados e alocados no interior deste universo familiar. Porém, ao se escolher a família como unidade de análise, perde-se a oportunidade de relacionar a segregação com certos atributos, tais como, posição social (por ocupação, renda ou escolaridade), gênero, cor/etnia, etc., em razão da diferenciação social no interior da família. Alguns estudiosos da estratificação social defendem a *escolha dos atributos do chefe da família* como unidade de análise, na suposição que a diferenciação social verificada não implica em posições diferentes dos seus integrantes<sup>9</sup>. Muitas vezes, por outro lado, a escolha do chefe da família decorre da inexistência de informações para o conjunto da população, como é o caso da França, onde o censo pesquisa a ocupação e a renda apenas daquele considerado como responsável pelo domicílio. No caso do Brasil, ao se estudar a segregação com dados censitários, é possível adotar uma outra unidade de análise, já que o FIBGE

<sup>7</sup> O tipo-ideal se diferencia do tipo médio. Este é a construção de um tipo a partir de várias realidades que se diferenciam em graus, mas são fatos quantitativamente iguais. O tipo-ideal é construído a partir de realidades qualitativamente heterogêneas. Ou seja, para analisar a complexidade e pluralidade presentes na realidade social, Weber propõe a construção de um tipo-ideal. O tipo-ideal não é uma representação exata do mundo social, mas que, para as necessidades da pesquisa, acentuam deliberadamente certos traços. O tipo-ideal não reflete o real, mas facilita a análise dos seus componentes. Esta imagem mental é um meio de elaborar hipóteses, de clarificar a linguagem. É um instrumento de pesquisa puramente lógico. Como se usa o conceito tipo - ideal? Comparando a realidade do fenômeno e a lógica de seu tipo ideal que o pesquisador aponta e valida a coerência do fenômeno, que ele o relaciona a causas externas que agem sobre ele.

<sup>8</sup> O leitor encontrará no texto de Katzman (1999) um bom exemplo da utilização deste procedimento.

<sup>9</sup> Os estudos sobre mobilidade social utilizam classicamente a família como unidade de análise. Ver Boudon (1981).

levanta informações demográficas e socioeconômicas para o conjunto da população.

Qualquer pesquisa social, tanto as quantitativas quanto as qualitativas, necessita escolher um certo número limitado de variáveis a partir das quais se pode descrever os indivíduos<sup>10</sup> em suas diferenças e semelhanças. Com efeito, esta operação é fundamental para que o pesquisador não mergulhe de forma confusa no mundo de informações que ele não consegue ordenar. Esta escolha torna-se ainda mais crucial quando se trata de pesquisas sobre um grande contingente de indivíduos, como são os estudos sobre a segregação residencial. Trata-se, portanto, de escolher as variáveis que melhor permitam a identificação e a classificação dos indivíduos. Segundo Grafmeyer (1995), esta operação implica na escolha de uma das seguintes lógicas.

A primeira consiste em considerar isoladamente, para depois comparar, diversos critérios de identificação dos indivíduos. Ou seja, a partir de alguns supostos sobre as lógicas que presidem a distribuição espacial dos indivíduos, escolhe-se um certo número de dimensões da estruturação do espaço (cada variável representa uma dimensão) para a quais se calcula alguns índices ou se elabora mapas de localização específicos. Considera-se usualmente como as dimensões mais fortemente associadas à organização social da cidade aquelas relacionadas com o status social dos indivíduos (profissão, renda e escolaridade), a diferenciação racial/étnica e a diferenciação familiar (tamanho, composição e ciclo familiar). Os resultados são posteriormente comparados na busca da identificação das variáveis que melhor explicam as diferenças da distribuição dos indivíduos no espaço.

Um exemplo de utilização desta lógica é o célebre estudo de Ducan e Ducan (1955) para a cidade de Chicago, realizado em 1930, no qual constataram que a profissão do pai era a variável que mais discriminava as diferenças de localização dos indivíduos no espaço. A conclusão deste estudo é que a escolha da localização residencial expressa os efeitos duradouros da socialização familiar. Os estudos de ecologia fatorial são outros exemplos desta lógica, na medida em que a utilização desta técnica implica na análise separadamente de um

grande número de variáveis, para em seguida, comparando os resultados, identificar os esquemas de localização associados a cada uma das variáveis.

A segunda lógica consiste em escolher uma das dimensões da estrutura urbana como central na explicação da localização dos indivíduos. Esta escolha é prévia à análise e fundamenta-se em algumas suposições teóricas. Na prática, os estudos realizados com este tipo de lógica têm utilizado as variáveis relacionados com a posição dos indivíduos nas relações de produção, organizadas em um sistema de classificação socioprofissional ou socio-ocupacional. As justificativas metodológicas desta escolha podem ser sintetizadas em duas proposições teóricas amplamente admitidas na sociologia em razão de resultados empíricos de pesquisas, a saber: que nas sociedades capitalistas, especialmente nas que alcançaram um certo grau de industrialização, o lugar dos indivíduos é determinado pela sua inserção na estratificação social definida pelas relações sociais de produção, contrariamente das sociedades tradicionais nas quais a origem social (familiar, étnica, etc.) define a posição social; por outro lado, cada posição social está associada a um feixe de propriedades mais ou menos convergentes, o que a torna (profissão ou ocupação) um indicador importante de identidade social (Desroisières, Goy et Thevenot, 1983) e de posse diferenciada de recursos em termos de quantidade e qualidade (magnitude e natureza de capitais: econômico, social, cultural e simbólico). Portanto, a utilização deste indicador permite discriminar a localização dos indivíduos no espaço como resultante da posse de recursos, de orientações ou preferências e de restrições. Este critério tem um papel unificador das várias dimensões implicadas na distribuição das pessoas no espaço urbano.

A utilização deste procedimento permite operar de forma menos metafórica com a noção de espaço social nas análises da segregação espacial. Com efeito, segregação passa a ser pensada como tradução territorial da estrutura social.

A terceira lógica consiste em utilizar as categorias socio-ocupacionais associadas a outras variáveis indicando outras dimensões da diferenciação social que também podem ter

<sup>10</sup> No restante do texto utilizamos o termos indivíduos no sentido estatístico, ou seja, de unidade de análise.

importância na descrição e na explicação da estruturação do espaço social da cidade. Por exemplo, podemos utilizar as categorias socio-ocupacionais associadas aos indicadores da diferenciação familiar da população (tamanho, tipo e ciclo familiar). Este procedimento nos permite avaliar a existência de padrões diferentes de localização residencial no interior de uma mesma categoria socio-ocupacional em razão da diferenciação dos universos familiares. Como assinalamos anteriormente, sabemos que as decisões de localização no espaço são tomadas pelos indivíduos no interior de estruturas familiares em função de recursos, constrangimentos e preferências diferentes quando se trata de uma família extensa ou nuclear, famílias em fases iniciais de formação ou de consolidação, etc. Podem aplicar o mesmo procedimento com indicadores da diferenciação étnica, étnica/racial, de origem social, de gênero, etc. Ele nos permite operar com uma concepção multidimensional do espaço social da cidade, pois é constituído por múltiplas dimensões e não apenas pelas posições sociais representadas pelas categorias socio-ocupacionais. Por este procedimento, deixamos de operar metodologicamente com a noção de estratos e passamos a entender a divisão social da cidade pela distribuição territorial de *meios sociais*. Cada *meio social* é o resultado da combinação singular de um conjunto de posições e de disposições (orientações ou preferências) decorrentes da divisão social do trabalho e da diferenciação social, de cujo jogo decorre a possível coerência entre atitudes e práticas sociais.

A aplicação deste procedimento nos permite identificar *nuances* nos padrões de localização residencial das categorias sociais. Exemplo interessante é citado por Grafmeyer (1994) sobre a localização das famílias operárias na aglomeração parisiense. Como é conhecido, nesta metrópole formaram-se historicamente bairros operários (“cinturão vermelho”) localizados em áreas limítrofes da cidade de Paris em razão da forte concentração industrial. Ao mesmo tempo, observa-se a fraca presença no interior da cidade de Paris de famílias com crianças, localizadas mais fortemente em suas periferias metropolitanas. Os operários estrangeiros, meios sociais onde prevalece o padrão de famílias ampliadas, portanto numerosas, apresentam um padrão de distribuição espacial bastante singular, pois estão repartidos

entre a cidade de Paris e as suas periferias próxima e distante. Este exemplo indica o valor da aplicação do procedimento multidimensional, pois permite capturar o sentido particular das combinações singulares da variável posição social e as que indicam diferenciação social. O padrão de localização residencial das famílias de operários estrangeiros não segue o dos operários e tampouco o relativo às famílias. Certamente em razão do fato de que neste *meio social* verifica-se uma combinação singular entre recursos, constrangimentos e preferências.

A escolha da unidade espacial de análise é também uma operação de fundamental importância na análise da segregação. Temos aqui duas questões: os critérios utilizados para definir as unidades espaciais e o seu tamanho demográfico. Previamente à análise, é necessário recortar o território da cidade em unidades a partir das quais estudamos a variação da distribuição da população, segundo a ou as variáveis escolhidas. Quanto maior o número de unidades definirmos mais fina será a nossa análise, na medida em que podemos capturar maior diferenciação social do espaço. Que critérios utilizar nesta tarefa de maneira a que o resultado da análise não seja influenciado? É necessário que a desagregação seja suficientemente fina para que ela não imponha sua própria lógica mas, ao contrário, deixe transparecer “todas as continuidades, as rupturas e as linhas de forças segundo as quais se organiza o espaço social da cidade.” (Grafmeyer, 1999:100). A dificuldade está no fato dos dados disponíveis serem organizados geograficamente com base em recortes territoriais instituídos, como os utilizados pelo FIBGE. Estes recortes são influenciados pelos saberes e representações sobre a divisão social da cidade que orientaram a organização do sistema espacial de coleta e agregação. Na experiência brasileira, o FIBGE utiliza as escalas setor censitário, distritos e subdistritos. O setor é definido como a unidade de coleta na qual moram cerca de 1000 pessoas e cuja extensão permite ser percorrida a pé pelo recenseador. Entretanto, o desenho desta unidade não é absolutamente neutro, especialmente em aglomerados urbanos densamente ocupados. O setor censitário, não obstante ser definido por estes critérios demográfico e geográfico, exprime em seu desenho alguma pré-concepção sobre a diferenciação socioespacial. Já os bairros, subdistritos e distritos são categorias de classificação do

espaço que contém as representações administrativamente institucionalizadas da divisão do espaço. Por outro lado, estas escalas de organização das informações são bastante heterogêneas em termos demográfico e geográfico. Tais considerações implicam na necessidade de uma análise crítica dos recortes espaciais utilizados nos sistemas de organização das informações que serão utilizadas na análise da segregação.

Outro problema é o tamanho demográfico das unidades geográficas. Sabemos que o resultado da utilização das medidas sintéticas – tais como os índices de dissimilaridade e de segregação – é fortemente influenciado pelas diferenças demográficas entre as áreas. O tamanho demográfico também favorece mais ou menos o resultado da análise em termos de maior ou menor diferenciação social dos espaços. Por último, o tamanho demográfico também tem implicações na confiabilidade estatística dos dados.

Em suma, a definição das unidades geográficas é uma etapa importante e sensível no estudo da segregação residencial. Com efeito, a escolha da escala e do tamanho demográfico não se constitui apenas na realização de uma operação técnica, mas ela implica em buscar uma definição a mais neutra possível em relação aos pressupostos teóricos assumidos.

### **Análise Social do Espaço Metropolitano: estudo da metrópole do Rio de Janeiro**

A seguir apresentamos de maneira sintética a aplicação do método da tipologia quantitativa<sup>11</sup> na análise da divisão social da metrópole do Rio de Janeiro, na qual usamos os dados censitários de 1981. Utilizamos a categoria socio-ocupacional<sup>12</sup>

como variável central, constituída pelo agrupamento hierárquico das cerca de 400 ocupações utilizadas pelo FIBGE, mas associada a outras relativas à diferenciação social, utilizando o terceiro procedimento descrito no item anterior. Como pretendemos aqui apenas apresentar uma ilustração, nos limitaremos a apresentar os resultados da análise da divisão social do espaço metropolitano usando a variável categoria socio-ocupacional. Construímos 219 áreas geográficas como unidade espacial de análise, pelo agrupamento dos setores censitários. O ponto de partida foi, então, uma tabela que indicava perfil socio-ocupacional de cada uma das áreas, com o qual realizamos uma análise fatorial por correspondência, seguida da classificação hierárquica<sup>13</sup> segundo a posição de cada uma no espaço obtido com os dois primeiros fatores. Pudemos, assim, identificar os princípios segundo os quais o espaço social da metrópole do Rio de Janeiro se divide, sintetizado em 8 áreas-tipos que retratam a hierarquia socioespacial da metrópole fluminense ilustrada no mapa social mostrado mais adiante.

Os espaços superiores são caracterizados por concentrarem fortemente a categoria de empregadores e dirigentes: 60,8% dos empresários, 67,5% dos dirigentes do setor privado, 80,3% dos dirigentes do setor público e 76,1% dos profissionais liberais, muito embora o conjunto da elite dirigente represente apenas 5,8% dos ocupados que moram nestes espaços. O peso da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada; 5 a 7 vezes superior ao que tem no conjunto da estrutura social da região metropolitana. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores, pois 43,7% dos profissionais de nível superior autônomos e 38,6% dos profissionais de nível superior empregados estão neles concentrados, o

<sup>11</sup> A tipologia aqui descrita foi elaborada em colaboração com Edmond Preteceille do CSU – *Centre National de la Recherche Scientifique* e Luciana Corrêa do Lago do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

<sup>12</sup> Em anexo apresentamos a lista das categorias construídas, bem como a sua definição. Utilizamos como referência inicial o sistema de classificação das profissões na França (CSP), criado no início dos 50 e aperfeiçoado desde então pelo *Institut National d'Économie et Statistique* – INSEE, e que tem sido utilizado como instrumento de análise de temas diversos, entre eles, a mobilidade social, a estrutura e as práticas de consumo, as mudanças demográfica e, mais recentemente, a estrutura socioespacial (Tabard & Chenu, 1993; Tabard, 1993). Embora não tenhamos no Brasil uma proposta tão sistemática e testada de classificação, utilizamos ainda como referência trabalhos anteriores que também propuseram sistemas de classificação, com base nas variáveis ocupacionais, utilizadas pela FIBGE nos censos demográficos e nas pesquisas por amostra (Jorge *et alii*, s/d; Jorge *et alii*, 1985; Valle Silva, s/d; Valle Silva, 1973; Valle Silva, 1985).

<sup>13</sup> Para a descrição das técnicas de análise fatorial por correspondência múltipla e classificação ascendente, ver Sanders (1989) e Felonon (1981).

que representa uma densidade relativa 4,1 a 3,6 superior ao peso destas categorias na estrutura social da metrópole. Ao lado das elites dirigente e intelectual, os espaços superiores também são caracterizados pela importante presença dos pequenos empregadores, dos empregados de supervisão e dos técnicos e artistas. As elites, os pequenos empregadores e as frações superiores da classe média, conjuntamente, representam 55,3% dos ocupados que moram nos espaços superiores. Observa-se, contudo, traços de um espaço polarizado, pois as categorias populares representam 28,9% dos ocupados que moram nos espaços superiores, dos quais 10,3% são empregados domésticos cuja presença decorre essencialmente de relações de trabalho e não de vizinhança, e 13,4% compõem o proletariado terciário (empregado do comércio e prestadores de serviços). Por outras palavras, podemos estimar que cerca de 18% dos ocupados moradores dos espaços superiores são integrados por aqueles que atendem à demanda de serviços pessoais das elites e de parte da classe média.

Os espaços médios-superiores têm composição social próxima à dos espaços superiores, porém com maior grau de mistura. Diminui o peso das elites dirigente e intelectual e dos pequenos empregadores, que representam 37% dos ocupados. A classe média, por sua vez, representa 39% dos ocupados, sendo que aumenta a presença das frações menos qualificadas dos empregados de escritório e dos empregados da segurança, justiça e correios e dos empregados da saúde e da educação. Aumenta a presença das categorias populares (36,6%) em razão do maior peso das frações operárias e dos empregados do comércio.

Nos espaços médios cai muito fortemente a presença das elites dirigente e intelectual, permanece inalterado o peso da classe média e aumenta o grau de mistura social pelo aumento do proletariado terciário e do operariado. Os espaços médios-inferiores constituem a fronteira entre as duas pontas da estrutura socioespacial da metrópole fluminense. Neles, o conjunto das categorias operárias e subproletárias atinge densidades relativas superiores a 100, o que significa dizer que passam estar sobrerrepresentados, com destaque para os operários da indústria moderna e os dos serviços auxiliares da economia. Há diminuição da classe média em relação ao tipo médio, mas que continua

representando cerca de  $\frac{1}{3}$  dos ocupados que moram nestes espaços.

Nos espaços operários cai significativamente a densidade relativa da classe média, que passa a estar subrepresentada, com exceção dos empregados da segurança, justiça e correios. O operariado representa um pouco menos que  $\frac{1}{3}$  dos ocupados, sendo que o proletariado propriamente industrial (indústria moderna, indústria tradicional e serviços econômicos auxiliares) representa 17,5%. Os espaços populares-operários apresentam composição semelhante aos do tipo operário, mas com menor presença da classe média e aumento da presença dos operários da construção civil (12,5%) e dos empregados domésticos (12,2%).

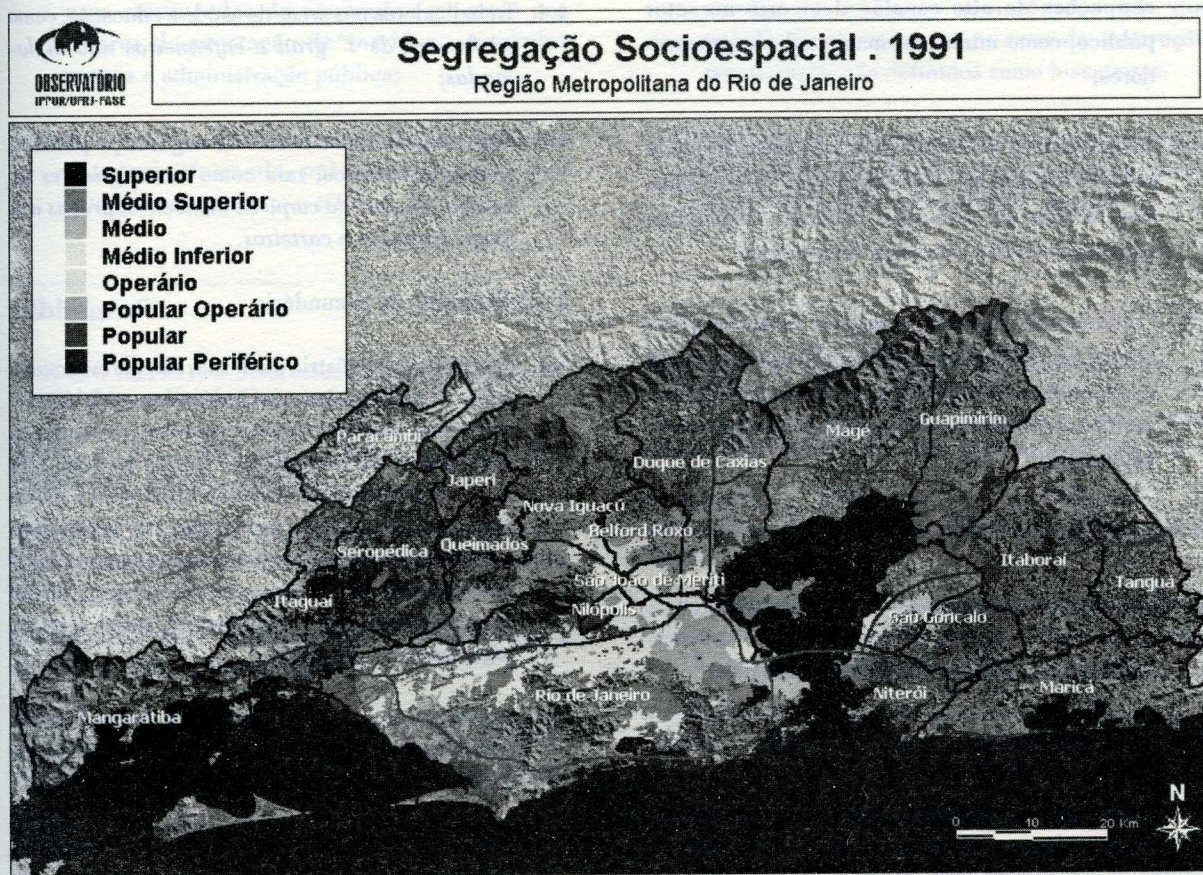
Nos espaços populares cai a presença do operariado industrial e aumenta ainda mais a presença dos empregados domésticos (16%) e dos prestadores de serviços não-especializados (8,8%). O subproletariado e o proletariado terciário representam 55% dos ocupados que moram nos espaços populares. Os espaços populares-periféricos diferenciam-se dos demais tipos populares principalmente pela elevada participação da categoria agrícola (6,2%), percentual 5,5 vezes superior ao peso da categoria na estrutura social da metrópole. Também estão sobrerrepresentados os operários da construção civil, os biscateiros e os empregados domésticos. É o tipo com a menor participação das ocupações "médias".

O mapa construído com a tipologia socioespacial representa a geografia da divisão social do espaço metropolitano. Cada tipo reúne um conjunto de áreas que em termos relativos consideramos como socialmente homogêneas. Como dissemos anteriormente, a associação entre os tipos e outras variáveis indicam a diferenciação social, especialmente as relacionadas com (i) o tamanho, tipo e ciclo familiar, (ii) a faixa etária, (iii) a cor, (iv) condições de moradia, nos permitiu identificar os meios sociais em que se compõe o espaço social da metrópole fluminense. Temos, desta forma, condições de reconhecer e discriminar as diferenças da população e de seus territórios, superando assim as concepções abstratas e homogenizadoras da divisão social da cidade. Por exemplo, vias de regra no senso comum técnico das políticas habitacionais as "favelas" são concebidas como espaços sociais homogêneos, o mesmo acontecendo com a "periferia". As propostas de integração do habitat popular à cidade, em

consequência, não levam em consideração as diferenças internas das estruturas e da organização social destes espaços, o que, ao nosso juízo, é uma das razões que explicam o seu pouco êxito.

A tipologia socioespacial é uma valiosa ferramenta analítica para a investigação da possível associação entre a regularidade de certos fenômenos com as características singulares de cada meio social. Por exemplo, podemos nos

perguntar se a incidência de dengue está associada a algum meio social existente na metrópole e se a resposta for positiva focalizar a intervenção pública preventiva. Da mesma maneira, podemos investigar se a situação de pobreza urbana está associada a algum dos indicadores da diferenciação social. O mapa mostrado a seguir ilustra o resultado da análise social da metrópole do Rio de Janeiro.



Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ-FASE, 2001  
Equipe Metrodata : Carlos Sartor, Giovanna Catão, Paulo Renato Acevedo, Peterson Leal.

## ANEXO

### Descrição das Categorias Socio-ocupacionais

#### 1. Categoria dirigente

- 1.1. Empresários, que reúne os empregadores com dez ou mais empregados;
- 1.2. Dirigentes do setor público, formada pelas ocupações do alto escalão decisório no setor público, como ministros, magistrados e procuradores;
- 1.3. Dirigentes do setor privado, categoria formada pelas ocupações de administradores de empresas dos setores de extração mineral, indústria, construção civil e empresas financeiras;
- 1.4. Profissionais liberais, categoria formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados), empregadores e autônomos<sup>14</sup>.

#### 2. Categoria Intelectual

- 2.1. Profissionais autônomos de nível superior
- 2.2. Profissionais empregados de nível superior

#### 3. Pequena Burguesia

- 3.1. Pequenos empregadores urbanos, que reúnem os empregadores com menos de dez empregados;
- 3.2. Comerciantes por conta própria que desenvolvem suas atividades em casa ou em empresas próprias.

#### 4. Categoria Média

- 4.1. Trabalhadores em atividades de rotina, categoria formada pelas ocupações sem função decisória, tais como secretárias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório;

4.2. Trabalhadores em atividades de supervisão, formada por ocupações com algum poder de decisão, tais como *assistentes de administração, corretores de imóvel e administradores do comércio*;

4.3. Técnicos e artistas, formada pelas ocupações que requerem um conhecimento específico, tais como *desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos e fotógrafos*;

4.4. Trabalhadores nas áreas de saúde e educação, como *professores de 1º grau e enfermeiras não diplomadas*;

4.5. Trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça e correios, tais como *investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas e carteiros*.

#### 5. Proletariado do Secundário

5.1. Operários da indústria moderna, categoria formada pelos trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outras, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão das ocupações exigirem maior qualificação, proporcionarem nível mais elevado de remuneração e de proteção social e os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa;

5.2. Operários da indústria tradicional, formada pelos trabalhadores das indústrias dos demais ramos, exceto a construção civil;

5.3. Operários dos serviços auxiliares, categoria formada pelos empregados nos setores de transportes, comunicação e serviços auxiliares;

5.4. Operários da construção civil, categoria formada pelos trabalhadores em ocupações ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiro;

5.5. Artesãos, categoria formada pelos trabalhadores autônomos nas ocupações de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, estofador e ourives.

<sup>14</sup> Colocar esta categoria no grupo da elite dirigente deveu-se a compreensão de que, no Brasil, (i) essas profissões foram historicamente exercidas pelos filhos da elite, (ii) são as profissões que melhor se organizaram enquanto corporação e (iii) são identificadas como de mais elevado status social. São portanto as ocupações que se estruturam em torno do controle e da valorização de um capital social. Nesse sentido, pareceu-nos pouco relevante a separação empregadores e conta-própria.



## 6. Proletariado Terciário

- 6.1. Trabalhadores do comércio, categoria formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como *vendedores, operadores de caixa e praticistas*;
- 6.2. Prestadores de serviço especializado, categoria formada pelos trabalhadores autônomos em ocupações manuais que requerem um saber específico, tais como *mecânicos, cabeleireiros, etc.* e os empregados de ocupações manuais nos setores de prestação de serviços, atividades sociais e administração pública;
- 6.3. Prestadores de serviço não especializados, categoria formada pelos empregados em ocupações de *porteiro e vigia*.

## 7. Subproletariado

- 7.1. Trabalhadores Domésticos;
- 7.2. Ambulantes e Biscateiros, categoria formada pelos *feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros e outras ocupações ambulantes* e pelos *guardadores de automóvel, engraxates e trabalhadores braçais autônomos*. Trata-se de uma categoria restrita aos autônomos sem qualquer saber específico, não correspondendo portanto a noção frequentemente usada nos estudos sociológicos em que trabalhadores autônomos no setor da construção, por exemplo, são definidos como biscateiros.
8. Trabalhadores Agrícolas, categoria formada por todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações *criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor*.

## Bibliografia

- BOUDON, R., 1981, *A desigualdade das oportunidades*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- BOOTH, C. (Ed.), 1902, *Life and labour in London*, First Series Poverty, Londres, Macmillan.
- BOURDIEU, P., 2001, "Espaço social e espaço simbólico", in *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, Papirus Editora.
- BOURDIEU, P., 1997, "Efeitos do Lugar", in BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Vozes.
- BRUN, J., 1994, Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine, in BRUN ET RHEIN (org.) *La ségrégation dans la ville*. L'Harmattan, pp. 21-57.
- CASTELLS, M., 1983, *A Questão Urbana, Paz e Terra*, Rio de Janeiro.
- DESROISIÈRES, A., GOY, A. e THEVENOT, L., 1983, L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories professionnelles. *Economie et Statistiques*, n.º 152, Paris, INSEE.
- DUCAN, O. D., DUCAN, B., 1955, Residential distribution and occupational stratification. *American Journal of Sociology*, 60, pp. 493-503.
- FENELON, J. P., 1981, Qu'est-ce que L'Analyse des Données, Paris, Lefonen.
- KATZMAN, R., 1996, Virtudes y limitaciones de los mapas censales de carencias críticas, *Revista da CEPAL*, 58.
- KATZMAN, R. (coord.), 1999a, *Activos y estructuras de oportunidades*. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay (LC/MVD/R.180), Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- KATZMAN, R., 1999b, *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Documento de trabajo, n.º 107, Santiago de Chile, Equipo Técnico Multidisciplinario (ETM), Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe.
- KATZMAN, R., 1992, ¿Por qué los hombres son tan irresponsables?, *Revista de la CEPAL*, n.º 46, Santiago de Chile.
- KATZMAN, R., 2001, Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos, *Revista de la CEPAL*, n.º 75, Dezembro, Santiago do de Chile.
- LAMPARELLI, C. L., s/d, Joseph Lebet e a pesquisa urbano-regional no Brasil. Crônicas tardias ou história prematura, *Espaço e Debates*, Neru, 37, pp. 90-99.
- LEDRUT, R., 1968, *Sociologie urbaine*, Paris, PUF.
- MASSEY, D., 1979, Residential segregation of Spanish Americans in United States urbanized areas. *Demography*, n.º 4.
- MASSEY, D. e M. E., 1990, The ecology of inequality: minorities and the concentration of poverty, 1970-1980, *American Journal of Sociology*, n.º 95.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L., 2000, O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 3.
- RIBEIRO, L. C. Q., 2002, "A Cidade, as Classes e a Política: uma nova questão urbana brasileira?" in LIPPI, L. O. Cidade e História, Editora da FGV.
- RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, O., 2001, Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Seminário "Democracia: Teoria e Prática"*, Curitiba.

RIBEIRO, L. C. Q., 2000, "Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio" de Janeiro, in RIBEIRO, L. C. Q. (org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*, Rio de Janeiro, Revan/Observatório.

VALLE SILVA, N., 1973, *Posição social das ocupações*. Centro de Informática/IBGE, Mimeo

VALLE SILVA, N., 1985, *Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980*. Laboratório Nacional de Computação Científica, mimeo.

RHEIN, C., 1995, La Ségrégation et ses Mesures, In BRUN, J., RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Concepts et Mesures, Paris, L'Harmattan.

SABATINI, F., 1999, *Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile*, Santiago do Chile, Série Azul n.º 29, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica.

SABATINI, F., 1998, *Reforma de los mercados de suelo en Santiago de Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación espacial*, Santiago do Chile, Série Azul n.º 24, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica.

SABATINI, F., 2000, Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial, *EURE*, Volumen XXVI, n.º 77, pp. 49-80.

SABATINI, F., 1999, *Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile*, ponencia presentada al seminario "Latin America: Democracy, markets and equity at the Threshfold of New Millenium", Universidad de Upsala, Suécia, 1 a 13 de septiembre.

SABATINI, F., 1998, *Transformación urbana: dialéctica entre integración y exclusión social*, Santiago, Instituto de Estudios Urbanos de la Pontificia Universidad Católica, Serie Azul, n.º 19.

TABARD, N., 1993, Des Quartiers pauvres aux quartiers aisée: une representation sociale tu territoire. *Economie et Statistique*, n.º 270, p. 5-22.

TOPALOV, C., 1994, *Naissance du chômeur*. 1880-1910, Éditions Albin Michel, Paris.

VEIGA, D. & RIVOR, A. L., 2001, *Fragmentación socioeconômica y pobreza: desafios para la gobernabilidad urbana. El caso de Montivideo*. Artigo presentado a la International Association Conference "Social Inequality, Redistributive Justice and the City", ISA-International Committee on Regional and Urban Development RC21", Amesterdan, June.

WACQUANT, L., 2000, Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 43, pp. 64-83.

WEBER, M., 1999, "Classes, estamentos e partidos", *Economia e Sociedade*, vol. II, Editora UNB.

WILSON, W. J., 1987, *The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. University of Chicago.